

A ESCOLA E A PRÁTICA DE ENSINO COMO FORMA DE CONTRAPALAVRA AOS PRINCÍPIOS HEGEMÔNICOS QUE CONSTITUEM AS POLÍTICAS DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Gisele da Silva Santos ¹

Mariane de Freitas ²

RESUMO

Este artigo aborda como tema central o pensamento hegemônico na constituição das políticas do conhecimento escolar. Para isso, o objetivo geral busca refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar. Como meio de busca de compreensão do tema, a seguinte questão surgiu: Por que é importante refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar? Com base nesse questionamento foram elencados dois objetivos específicos, no sentido de apreender a temática, quais sejam: explanar teoricamente sobre a escola como espaço de transformação social; e abordar sobre a prática de ensino como possibilidade de contrapalavra ao pensamento hegemônico. Assim, para responder tal questionamento e a fim de alcançar os objetivos, a metodologia adotada foi de cunho bibliográfica, onde a escrita se desenvolve embasada em alguns autores, dentre os quais os principais são: Freire (2011a; 2011b); Gadotti (2011) e Libâneo (2012), dentre outros que deram embasamento teórico para a escrita. A abordagem teórica se organiza em três tópicos que se desenvolvem no sentido de mostrar a importância da reflexão sobre o pensamento hegemônico presente na esfera educacional, assim, foi possível compreender que a educação está marcada pelo pensamento dominante, onde os princípios hegemônicos proporcionam uma educação mercantilizada, voltada para os interesses do capital. Logo, viu-se ainda que o espaço escolar pode ser um espaço possível de resistência aos interesses hegemônicos, um espaço possível de gerar mudanças na sociedade, da mesma forma, compreende-se a prática docente como possibilidade de uma contrapalavra ao pensamento hegemônico presente na educação.

Palavras-chave: Prática de Ensino, Políticas, Conhecimento escolar, Pensamento hegemônico.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre a Educação é sempre pertinente, pois ela é uma importante base para o desenvolvimento da sociedade, assim, este artigo teve como objetivo geral refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar. No desenvolvimento da escrita alguns autores que abordam sobre a temática foram trazidos para dar embasamento teórico ao tema e fazer as reflexões das questões abordadas, dentre os quais têm destaque Freire, Gadotti e Libâneo. Desta forma, a presente pesquisa caracteriza-se como

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, giselessanttoos@gmail.com;

² Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, mariane_kfreitas@hotmail.com;

bibliográfica, de cunho qualitativo, e teve suporte na busca e leituras de livros e autores que possibilitaram as reflexões em torno do tema aqui proposto.

A questão problema gira em torno de entender: Por que é importante refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar? Tendo esse questionamento como referência, os objetivos específicos surgiram no sentido de apreender a temática, desta forma, o primeiro objetivo busca explicar teoricamente sobre a escola como espaço de transformação social; e tendo como segundo objetivo específico abordar sobre a prática de ensino como possibilidade de contrapalavra ao pensamento hegemônico.

Ao considerar pertinente a reflexão sobre as políticas do conhecimento escolar serem constituídas com o pensamento hegemônico, a abordagem teórica se organiza em três tópicos, no primeiro momento o anúncio das primeiras palavras sobre o tema. Na sequência, buscamos explicar teoricamente sobre a escola como espaço de transformação social e; o terceiro tópico vem abordar sobre a prática de ensino como possibilidade de contrapalavra ao pensamento hegemônico, assim a escrita se desenvolve no sentido de mostrar a importância da reflexão sobre o pensamento hegemônico presente na esfera educacional, sobretudo na constituição das políticas do conhecimento escolar.

ANUNCIANDO AS PRIMEIRAS PALAVRAS

Neste artigo, a abordagem é em torno dos princípios hegemônicos que fazem parte da constituição das políticas do conhecimento escolar, assim, se faz uma reflexão em torno de dois pontos pertinentes sobre a educação, quais sejam: a escola como espaço de transformação social e a prática de ensino como forma de contrapalavra ao pensamento único que constituem essas referidas políticas.

Ao falar sobre educação, é importante abordar algumas questões que se fazem relevantes. É sabido que vivemos em uma sociedade capitalista, em que conseqüentemente é dividida em classes sociais, onde uns tem mais recursos financeiros que outros, e, portanto, os afortunados de dinheiro (em detrimento dos pobres) possuem privilégios e seus interesses garantidos na sociedade. Desta forma, ao falar sobre educação na sociedade em que vivemos, é importante levar em consideração o pensamento de Freire, onde ele diz que “É impossível, na verdade, a neutralidade da educação.” (FREIRE, 1996, p.110). Neste sentido, Freire diz ainda que “Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados.” (FREIRE, 1996, p.111). Ou

seja, cada pessoa, cada grupo social, possui seu jeito e modo de pensar e agir, os interesses e modos de pensar são diversos, portanto, não há como ser neutro, em todas as coisas têm sempre um teor ideológico. Conforme Bakhtin (2006, p.29), “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo.” Desta forma, entende-se assim que o pensamento hegemônico presente na constituição das políticas de conhecimento escolar é um signo, pois é ideológico, possui a ideologia da esfera do capital, uma ideologia que traz sentido mercantilizado para a educação.

Portanto, concordando com Freire sobre a não neutralidade da educação, quando ele fala que a educação não é neutra é porque em uma sociedade capitalista, que é dividida em classes sociais, a ideologia dominante é consequentemente aquela dos grandes detentores do poder aquisitivo, ou seja, dos interesses do capital, e consequentemente a esfera educacional é seu grande interesse. Sobre isso, podemos ler que:

Na ótica economicista e mercadológica, presente na atual reestruturação produtiva do capitalismo, o desafio essencial da educação consiste na capacitação da mão de obra e na requalificação dos trabalhadores, para satisfazer as exigências do sistema produtivo e formar o consumidor exigente e sofisticado para um mercado diversificado, sofisticado e competitivo. Trata-se, portanto, de preparar trabalhadores/consumidores para os novos estilos de consumo e de vida moderna. O cidadão eficiente e competente, nessa ótica, é aquele capaz de consumir com eficiência e sofisticação e competir com seus talentos e habilidades no mercado de trabalho (LIBÂNEO, 2012, p.126, grifo nosso).

Por essa perspectiva, pode ser compreendido que a educação está constituída com princípios mercadológicos, que visam a formação de mão de obra e, consumidores, como mostra o excerto acima. Sendo assim, é importante refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar, pois, sabendo que vivemos em uma sociedade capitalista, pode ser entendido que a educação está constituída com a ideologia dominante, que é a do mercado financeiro, ou seja, com interesses do capital.

Por esse viés, conforme Libâneo:

Organismos multilaterais — por exemplo, Banco Mundial, Unesco, Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) - e nacionais - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Ministério do Trabalho (MTB), entre outros — difundiram em seus documentos de orientação das políticas de educação, especialmente no decurso da década de 1990, a nova agenda e a nova linguagem da articulação da educação e da produção do conhecimento

com o novo processo produtivo (2012, p.107, grifo nosso).

Desta forma, ao voltar o olhar para a educação, levando em consideração o que foi posto por Libâneo no excerto acima sobre os organismos que representam o pensamento hegemônico, é possível compreender que a educação, e as políticas educacionais, possuem fortemente em sua constituição a ideologia do mercado financeiro, como apontado no final do excerto, sobre o alinhamento da educação com o processo produtivo.

Neste sentido das políticas do conhecimento escolar serem constituídas com o pensamento hegemônico, ou seja, com a ideologia voltada para os interesses do capital, do mercado financeiro, Gamboa salienta que “A educação está fortemente determinada pelos mecanismos ocultos, pelas estruturas de poder, sociais e econômicas e pelos valores dominantes.” (2006, p. 86). Ou seja, assim como as outras esferas da sociedade, a educação também está constituída pelos princípios do capital. Novamente, trazendo Libâneo para a discussão, sobre os organismos que representam a hegemonia, ele enfatiza que:

O raciocínio sistematicamente reiterado por agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial, é o seguinte: novos tempos requerem nova qualidade educativa, o que implica mudança nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores (LIBÂNEO, 2012, p.43).

Desta forma, tendo como base esse apontamento feito por Libâneo, podemos ver que organismos internacionais da esfera financeira tem forte influência na educação, e sendo a educação constituída por princípios da esfera mercantil, pode-se dizer que há na educação muitos interesses mercadológicos, desta forma, entende-se que a educação se torna mercantilizada. Portanto, se faz necessário refletir sobre isso, neste sentido, lemos que:

A mercantilização da educação é um dos desafios mais decisivos da história atual, porque ela sobrevaloriza o econômico em detrimento do humano. Só uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica, através da formação para a consciência crítica e para a desalienação [...] (GADOTTI, 2011, p.97).

Assim, podemos ver que a educação mercantilizada, voltada para os interesses do capital é real e, com isso, a educação deixa de ser crítica, formadora de opinião, deixa de fazer seu papel social e se torna voltada para os interesses econômicos e do mercado de trabalho.

Por esse viés, Freire vem dizer que “Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática *imobilizadora* e *ocultadora* de verdades.”

(1996, p.99, grifos do autor). E com isso é possível ver como a educação, como as políticas de constituição do conhecimento escolar, é mercantilizada em detrimento de uma educação em favor de formar cidadãos que sejam capazes de refletir e pensar sobre a realidade em que estão inseridos e os meios de mudá-la.

Mas quando Freire diz que “Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano.” (1996, p.111), podemos pensar que assim como há na educação os interesses do capital, com o chamado pensamento único, dominante, fazendo parte das políticas educacionais, podemos pensar também que há na educação o outro lado, o lado dos que lutam contra essa educação voltada para o mercado financeiro, afinal, “O pior não é o mundo que está aí. O pior é pensar que só esse mundo é possível. [...]” (GADOTTI, 2011, p.91). Portanto, é fundamental que no processo educativo os educandos tenham possibilidade de ver outro mundo, outra forma de pensar e viver. Neste sentido, Gadotti aborda que:

[...] A educação só tem sentido como vida. Ela é vida. A escola perdeu seu sentido de humanização quando ela virou mercadoria, quando deixou de ser o lugar onde a gente aprende a ser gente, para tornar-se o lugar onde as crianças e os jovens vão para aprender a competir com o mercado. (2011, p. 109).

Deste modo, é importante que no espaço escolar, e que na prática de ensino o educando encontre uma educação para além do capital, como disse Mészáros (2008), ou seja, que a educação tenha um sentido de vida, uma humanização. Por essa perspectiva, Gadotti diz que “[...] não basta afirmar que outro mundo é possível. É preciso mostrar como.” (2011, p.92). E assim, enfatiza que “Só a educação poderá construir outra lógica, através da formação da consciência crítica, da educação cidadã contra a educação consumista, da luta incessante entre alienação e desalienação, entre conscientização e domesticação.” (GADOTTI, 2011, p.92).

Portanto, com uma educação nesse sentido, contrário aos princípios da ideologia dominante que constituem o contexto escolar, por uma educação que proporcione o pensamento crítico possibilitando o enfrentamento de uma educação mercantilizada. Por esse viés, dando continuidade as reflexões, no tópico seguinte a abordagem é feita no sentido de explicar sobre o espaço escolar como possibilidade de transformação social.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

É sabido que a educação traz possibilidade de mudança, mudança social, transformação da forma de pensar e viver no mundo. Por isso, pensar sobre o espaço escolar como sendo esse lugar de transformação, um lugar onde se possa fazer uma educação que possibilite as pessoas pensarem criticamente sobre a vida, as formas de funcionamento do mundo, pois assim, ao entender como as coisas no mundo são organizadas, o porquê são do jeito que são, as pessoas terão possibilidade de enfrentar o pensamento único que rege o mundo em todas as esferas, inclusive na educacional. Só através da educação é possível a libertação do pensamento.

Neste sentido, Freire (2017, p. 59) assevera que “Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão.”

Assim, tendo discutido sobre os princípios que influenciam as políticas de constituição do conhecimento escolar, é sabido que a educação não é neutra, “[...] não há como [...] fazer do ensino algo neutro, porque a sociedade não é neutra.” (FRIGOTTO, 2017, p. 83). Portanto, a escola pode ser compreendida como um espaço possível de resistência contra o sistema para buscar mudanças na sociedade, pois “A educação pode se tornar [...] uma força transformadora do social, atuando, portanto contra-ideologicamente.” (SEVERINO, 2006, p. 314). Uma vez que “Educar contra-ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criticidade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real.” (SEVERINO, 2006, p. 314).

Neste sentido, Freire diz que “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.” (1996, p.98). E, a escola pode ser esse espaço de intervenção, de subversão, de embate, é na sala de aula que os professores e estudantes podem ter voz, a escola pode ser esse espaço de intervenção no mundo.

Por esse viés, é importante pensarmos no questionamento que Young nos propõe, qual seja: “Para que servem as escolas?” (2007, p.1288). A educação não está desvinculada da sociedade, mas faz parte dela e, sabendo que vivemos em uma sociedade capitalista, é de fato necessário entender qual a intenção da educação escolar, no contexto atual. Porém, por outro lado, do ponto de vista crítico, a educação escolar pode ser o oposto disso, ela pode ser o espaço que possibilita conhecer a realidade do modo como ela é.

A respeito disso, Young diz ainda que “Existe algo no conhecimento escolar ou curricular que possibilita a aquisição de alguns tipos de conhecimento.” (YOUNG, 2007,

p.1294). E responde a pergunta “para que servem as escolas?” dizendo que, as escolas “[...] capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho.”(YOUNG, 2007, p.1294). É a escola, então, esse espaço de apropriação do conhecimento não fornecido em outro espaço para a maioria das pessoas, principalmente as que estão inseridas nas classes populares.

Isso significa que, se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: “Este currículo é um meio para que os alunos possam adquirir conhecimento poderoso?”. Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, p.1297).

Assim, a escola e a sala de aula, são os espaços que proporcionam, de certa forma, voz a quem não tem em outros lugares, os professores e alunos encontram na sala de aula o espaço de transformação social, mesmo com as dificuldades advindas do sistema no qual está inserida, é na escola que para muitos há a possibilidade de produção do conhecimento poderoso, que segundo Young esse conceito “[...] refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo.” (2007, p. 1294).

Assim, vê-se a importância de entender as políticas que constituem o conhecimento escolar, pois desta forma pode ser compreendido como o pensamento hegemônico está inserido na educação de forma substancial, através de políticas voltadas para a educação, nos currículos escolares, na formação dos professores e em outros aspectos, evidenciando como a educação é mercantilizada, que favorece sobretudo os interesses do capital.

Gadotti (2011, p.93-94) enfatiza que

“Certamente, quem está se beneficiando deste mundo não vai se interessar em mudá-lo. A mudança virá daqueles que sofrem, dos injustiçados e excluídos e daqueles que com eles se comprometem e lutam. Não só dos pobres e oprimidos, mas de todos e de todas que se comprometem com a mudança.”

Desta forma, vê-se a importância de se compreender sobre a constituição das políticas do conhecimento escolar, pois sabendo que nelas há muito dos interesses econômicos, é compreensível que estejam presentes na esfera educacional. Assim “Os poderosos não irão mudar o mundo. Só os que não possuem poder podem re-inventá-lo. São as pessoas comuns, nós, as multidões, que podemos mudar o mundo.” (GADOTTI, 2011, p.94). Sendo assim, através da educação, através da escola sendo um espaço que proporciona um pensamento crítico e reflexivo é possível algumas mudanças.

A partir disso, pode ser compreendido que na sala de aula, na sua prática de ensino a professora, o professor, podem ter essa contrapalavra, elas e eles podem trazer uma outra possibilidade para os alunos, diferente da que está posta nos documentos que norteiam o conhecimento curricular escolar. E no tópico a seguir a escrita se desenvolve nesse sentido, de abordar a prática de ensino na sala de aula como contraposição, como uma forma de contrapalavra ao pensamento hegemônico.

A PRÁTICA DE ENSINO COMO POSSIBILIDADE DE CONTRAPALAVRA³ AO PENSAMENTO HEGEMÔNICO QUE CONSTITUI AS POLÍTICAS DE CONHECIMENTO ESCOLAR

Neste tópico, a abordagem é em torno da prática de ensino como possibilidade de libertação das amarras do pensamento único que, como vem sendo abordado, está inserido no contexto social brasileiro, inclusive na educação escolar, que é constituída pelos princípios hegemônicos nas políticas de constituição do conhecimento escolar.

Por esse viés, sobre a prática de ensino, é importante saber:

Antes de qualquer consideração específica sobre a atividade de sala de aula, é preciso que se tenha presente que toda e qualquer metodologia de ensino articula uma opção política – que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade – com os mecanismos utilizados em sala de aula (GERALDI, 2003, p. 40).

Isso porque, como disse Freire, a educação não é neutra, ela é política, logo, não há neutralidade na educação (p. 110, 1996). Nesse sentido, “O que temos de fazer então, enquanto educadoras e educadores, é aclarar, assumindo a nossa opção, que é política, e sermos coerentes

³ Categoria bakhtiniana usada para se referir a contaposição. Para melhor entendimento recomenda-se ler as obras de Mikhail M. Bakhtin.

com ela, na prática.” (FREIRE, 2011a, p.37). Portanto, o professor e a professora na sala de aula não podem ter um discurso e na prática fazerem o oposto, pois isso seria hipocrisia, mas é preciso tomar uma posição e assumir a responsabilidade social na prática docente.

Pois, como disse Freire, “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor.” (1996, p.42). Gestos e ações do professor/professora que podem ser positivos ou negativos para o estudante. Por isso, ter o discurso coerente com a prática reforça também no estudante essa necessidade de coerência, de assumir uma posição e lutar por aquilo que acredita não só na teoria e no discurso, mas também na prática diária.

No livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire aborda sobre os saberes necessários a prática educativa, e neste sentido diz que “Pensar certo é fazer certo.” (1996, p.34). E acrescenta, mais a frente, que “Não há pensar certo, fora de uma prática testemunhal.” (1996, p.34). Ou seja, falar e agir conforme seu discurso, pois as ações precisam ser condizentes com o posicionamento verbalizado, caso contrário, seria um discurso vazio e enganoso.

E assim, sabendo que as políticas que constituem o conhecimento escolar têm princípios de uma educação mercantilizada, é necessário que os professores e professoras tenham cuidado para não serem meros reprodutores de um discurso dominante que está imposto na educação e na sociedade, mas que possam ter uma contrapalavra, uma palavra outra e, assim, possam impulsionar nos estudantes a possibilidade de dizerem também a sua contrapalavra.

Desta forma, levando em consideração o pensamento bakhtiniano de que “[...] todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados” (BAKHTIN, 2016, p.57), aqui a contrapalavra caracteriza-se como forma de mostrar a palavra oposta àquela que está mais fortemente constituindo nas políticas do conhecimento escolar, que é aquela que representa os interesses do capital, ou seja, o pensamento único, dominante na sociedade.

Sendo assim, na prática de ensino há a possibilidade de contrapalavra ao pensamento hegemônico presente nas políticas do conhecimento escolar. Neste sentido, Fiorin (2017, p.27) assevera que “Um enunciado é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a sua e aquela em oposição ao qual ele se constrói.” Portanto, sendo as políticas de conhecimento escolar constituídas por princípios da hegemonia do mundo, ela denota sentido de uma educação mercantilizada, e a prática de ensino traz a outra possibilidade, a contrapalavra a esse pensamento.

Nunca um acontecimento, um fato, um efeito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro têm por trás de si uma única razão.

Um acontecimento, um fato, um feito, uma canção, um gesto, um poema, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser de que algumas estão mais próximas do ocorrido ou do criado, de que outras são mais visíveis enquanto razão de ser. Por isso é que a mim, me interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si. (FREIRE, 2011b, p.25)

No excerto acima, Freire coloca que o processo interessou sempre mais que o resultado final, e corroborando com esse pensamento, entende-se a importância da prática docente como uma palavra diferente daquela que está imposta na educação escolar através dos documentos, currículos e etc., pois, pode ser compreendido que há mais de uma razão, há mais de uma voz em todas as coisas e, compreendê-las e saber que elas estão ali é essencial para que haja uma contrapalavra, uma outra posição.

Desta forma, a educação pode ser entendida como uma chave para a mudança, para a liberdade, liberdade do pensar diferente, pensar “fora da caixinha” como é dito popularmente, como uma possibilidade diferente de pensar e ver as coisas por outra perspectiva. E uma forma de fazer isso é através da prática docente, com o professor/professora na sala de aula “provocando faíscas” nos estudantes para que se questionem a razão de ser das coisas e pensem por si mesmo.

É preciso entender que “[...] *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode.* Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante.” (FREIRE, 1996, p.112, grifo do autor). Assim, a educação pode trazer mudanças, sabemos que ela sozinha não pode ser a responsável por salvar a sociedade de todos os problemas, mas ela possui sua parcela de contribuição para gerar mudanças.

E a sala de aula pode ser esse espaço, onde o professor, a professora podem ter a possibilidade de, na sua prática docente propiciar que mudanças ocorram, pois podem auxiliar os estudantes a pensarem criticamente sobre a realidade do mundo.

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 1996, p.112).

Desta forma, é preciso ter consciência de que a educação escolar, assim como os professores/professoras não são os únicos responsáveis por mudar a sociedade, pois muitas vezes é jogada uma parcela muito grande de responsabilidade em ambos, quando na verdade há diversos outros fatores envolvidos que precisam ser levados em consideração quando se fala

em mudança social, e muitas vezes a educação escolar e os professores/professoras são tidos como os grandes salvadores, gerando assim uma cobrança, tendo-os como os grandes responsáveis pela mudança social, quando na verdade eles são somente uma parte.

Mas, como Paulo Freire aborda no livro *Pedagogia da Autonomia* sobre os saberes que são necessários a prática educativa:

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança num mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente em que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido. (1996, p.113).

Assim, no dia a dia, na prática docente a professora/o professor têm na sala de aula um espaço onde, com sua postura, com seu jeito de ser gente, de ser docente, têm com sua prática de ensino uma forma de possibilitar aos estudantes pensarem criticamente, sendo desta forma, a prática docente uma fresta libertária, uma contrapalavra posta contra o pensamento único, uma prática docente que possibilite uma educação para outros mundos possíveis.

Sobre isso, Gadotti diz que “Educar para outros mundos possíveis é fazer da educação, tanto formal quanto não formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão de obra para o mercado [...]” (2011, p.97). Ou seja, educar para outro mundo possível é ter uma prática docente que não seja mera reprodutora do pensamento hegemônico como único possível, mas ao contrário, é possibilitar aos estudantes enxergar o mundo de outras formas, mostrar que há outras possibilidades, outras visões, outros pensamentos, é mostrar que outro mundo diferente daquele que é posto, é possível.

Portanto, pensar a educação como espaço de transformação social, pensar a prática de ensino do professor, da professora na sala de aula como uma ação, como uma resposta de resistência ao pensamento único, é uma forma de ver frestas libertárias para esse pensamento hegemônico que está imposto na educação a partir de políticas que constituem o conhecimento escolar.

Por essa perspectiva, para Freire (2014a, p. 50) “[...] ‘ser’ no mundo significa transformar e retransformar o mundo, e não adaptar-se a ele.” Ler o mundo e as ações coletivas, o que move a sociedade, a ideologia que se faz presente na mesma, os interesses dos opressores, a realidade e o contexto dos oprimidos, traz dignidade e possibilidades aos sonhos de mudança (FREIRE, 2014a).

Outro ponto importante da teoria de Freire (2014a) é questionar essas concepções fatalistas que limitam as possibilidades de “ser mais no mundo”, percepções estas defendidas nos discursos neoliberalistas, que buscam acomodar e justificar a “necessidade” das classes sociais. Para tanto, faz-se tão necessária a habilidade de ouvir, só quem sabe ouvir sabe também falar “Aqueles que não ouvem acabam apenas por gritar, vociferando a linguagem ao impor suas ideias.” (FREIRE, 2014a, p. 90). É nesse sentido, que encontra-se no contexto educacional, tanto no ensino superior, assim como na Educação Básica, posturas tradicionais que não proporcionam a autonomia do educando, tampouco sua liberdade na forma de aprender a “ser mais”, ser mais livre, sonhador, generoso, crítico, humilde, verdadeiro consigo mesmo.

Em outras palavras, nada disso faria sentido pedagógico se o(a) educador(a) não entende o poder do seu próprio discurso ao silenciar outros. Por esse motivo, esta compreensão do poder de silenciar implica o desenvolvimento da habilidade de ouvir as vozes silenciadas de modo a, então, começar a procurar modos – táticos, técnicos, metodológicos – que poderiam facilitar o processo de leitura do mundo silencioso, que está em íntima relação com o mundo vivido dos alunos(as). Tudo isso significa que o educador(a) deve estar imerso na experiência histórica e concreta dos(as) alunos(as), mas nunca imerso de forma paternalista de modo a começar a falar por eles mais do que verdadeiramente ouvi-los (FREIRE, 2014a, p. 90).

Freire (2014c), dessa forma, afirma que ser mais está intimamente ligado a percepção de que o ser humano é um ser inacabado e sabe-se inacabado, e é justamente por ter essa concepção que pode se educar, ser melhor e crescer com os outros, ser mais com os outros. Sempre é tempo de ouvir, de ser comunicação, de ser verdade. Para Freire (2014c, p. 35-36):

[...] não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. (É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade.)

Uma das bonitezas da educação é não deixar que o homem transforme-se num sujeito neutro, descomprometido diante das possibilidades do mundo, frente a sua capacidade de “ser mais” (FREIRE, 2014b; FREIRE, 2014c). Em sala de aula professor e estudante são chamados a crescerem juntos, caminharem juntos, tendo saberes diferentes, são sujeitos inacabados.

Assegura Freire (2014b, p. 45) que sempre se está “[...] a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém.” O discurso deve estar articulado à prática do

educador, a dimensão ética estende-se nesse sentido, afinal uma vez que a postura não é neutra, necessariamente, escolhe-se um lado e uma posição, e rompe-se com outras (FREIRE, 2014b).

Desta forma, a prática de ensino do professor/professora que resiste, que enfrenta, que possibilita aos estudantes a criticidade, que possibilita meios de enxergarem uma outra realidade, um outro jeito de ver o mundo, essa prática pode ser considerada como resistência ao pensamento único, pois, esse pensamento é oriundo de um discurso hegemônico, assim, essas contrapalavras ao discurso dominante podem ser considerados como atos libertários.

METODOLOGIA

Este artigo é um trabalho de reflexão sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas de conhecimento escolar, assim, a pesquisa foi desenvolvida especificamente a partir das leituras de alguns autores que deram embasamento teórico para as discussões.

A pesquisa, científica é “[...] uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos.” (CERVO, 2007, p. 57), e a pesquisa da temática consistiu na busca e leitura de autores a fim de embasar teoricamente as reflexões desenvolvidas neste artigo.

Por esse viés, Marconi e Lakatos (2010, p.139) dizem que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo [...] necessário para se conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais.” Desta forma é possível compreender a importância da busca e reflexão da temática abordada nesta pesquisa.

Esse artigo é caracterizado ainda como sendo uma pesquisa qualitativa, que é aquela que requer investigação e análise de informações e fatos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Assim, ela é principalmente de cunho bibliográfico, pois para referenciar as reflexões, os embasamentos se deram substancialmente em forma de investigação bibliográfica, a partir de leituras e reflexões em autores que foram postos na discussão da escrita.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Martins e Theóphilo colocam também que ela “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses.” (2009, p.60), e aqui os livros foram as principais fontes de busca e investigação para realização do trabalho, pois os textos são os principais aliados nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar, para isso, buscou-se embasamento teórico em autores que abordam sobre a temática. Desta forma, após feitas as buscas e as leituras, a escrita se desenvolveu no sentido de alcançar os objetivos propostos e responder a questão norteadora que buscou saber por que é importante refletir sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar?

Assim, no primeiro tópico, onde foram abordadas as primeiras palavras sobre a temática, a escrita se deu no sentido de fazer uma introdução ao tema, onde, abordou-se sobre o pensamento hegemônico na educação, compreendendo assim que os princípios hegemônicos proporcionam uma educação mercantilizada, voltada para os interesses do capital.

No segundo tópico, abordando sobre a escola como espaço de transformação social, tendo em vista que a educação não é neutra, que ela possui teor ideológico, que os interesses do capital são presentes nas políticas que constituem o conhecimento escolar, foi possível compreender que o espaço escolar pode ser um espaço possível de resistência contra o sistema para buscar mudanças na sociedade.

No terceiro tópico a abordagem foi em torno da prática de ensino como possibilidade de contrapalavra ao pensamento hegemônico que constitui as políticas de conhecimento escolar, portanto, tendo em vista a importância da educação escolar para a vida das pessoas, para a sociedade, para o pensamento crítico e reflexivo acerca da organização do mundo, foi possível compreender a prática docente como possibilidade de uma contrapalavra ao pensamento hegemônico presente na educação e que representa os interesses do capital. Assim, o professor e a professora que resiste, que mostra outras possibilidades, que proporcionam aos estudantes se questionarem e pensarem criticamente sobre os interesses do capital está dando a sua contrapalavra àquela que está dominante na constituição das políticas do conhecimento escolar, qual seja: o pensamento hegemônico, caracterizado pelos interesses dos grandes detentores do poder aquisitivo.

Assim, vê-se a importância da reflexão sobre os princípios hegemônicos que constituem as políticas do conhecimento escolar, pois é através dos questionamentos que surgem as reflexões, e com a reflexão a possibilidade de crescimento, de mudança, de transformação, a possibilidade de contrapalavra.

Desta forma, foi possível compreender que a educação está marcada pelo pensamento dominante, onde os princípios hegemônicos proporcionam uma educação mercantilizada, voltada para os interesses do capital. Sendo assim, viu-se ainda que o espaço escolar pode ser um espaço possível de resistência aos interesses hegemônicos, um espaço possível de gerar mudanças na sociedade, da mesma forma, compreende-se a prática docente como possibilidade de uma contrapalavra ao pensamento hegemônico presente na educação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Educação e mudança**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: _____ (Org.). **Escola 'sem' partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____ (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 39-46.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da Educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César; NEVES, Lúcia Maria (Orgs.). **Fundamentos da Educação escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 289-320.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educação e Sociedade, v.28, n.101, 2007, p.1287-1302.